

JORNAL

VIGILANTE



QUINTA - FEIRA - 12 DE FEVEREIRO DE 2026 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



O GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL REALIZAM, NESTA SEMANA, UMA AGENDA INTEGRADA DE AÇÕES EDUCATIVAS E PREVENTIVAS VOLTADAS À PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REFORÇANDO A MOBILIZAÇÃO CONTRA O TRABALHO INFANTIL E OUTRAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS EM UM DOS PERÍODOS DE MAIOR CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NO ESTADO: O VERÃO E O PRÉ-CARNAVAL.

NOVO VALOR DAS 2026

Com o reajuste do salário mínimo, a guia mensal mudou:

✓ INSS: **R\$ 81,05**

COMEÇA A VALER EM 20 DE FEVEREIRO

✓ Prestação de Serviços: **~ R\$ 86,05**

✓ Comércio ou Indústria: **~ R\$ 82,05**

✓ Comércio e Serviço: **~ R\$ 87,05**

✓ MEI Caminhoneiro: Base de **R\$ 194,52** + imposto conforme a atividade



A SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA (SEAG) ABRIU CONSULTA PÚBLICA ATÉ O DIA 06 DE MARÇO, DE PROPOSTA DE REGULAMENTOS TÉCNICOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO QUEIJO MINAS E DA PUÍNA PRODUZIDOS NO ESPÍRITO SANTO. ESTES DOIS PRODUTOS, TÍPICAMENTE CAPIXABAS, AINDA NÃO POSSUEM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA, O QUE DIFICULTA A REGULARIZAÇÃO E O RECONHECIMENTO OFICIAL DA PRODUÇÃO ARTESANAL.



O GOVERNADOR DE MINAS GERAIS, ROMEU ZEMA, REALIZOU, NESTA QUARTA-FEIRA (11/2), UMA VISTORIA ÀS OBRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE GOVERNADOR VALADARES. A NOVA UNIDADE VAI AMPLIAR O ACESSO À ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA PARA 51 MUNICÍPIOS DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE LESTE, BENEFICIANDO MAIS DE 700 MIL PESSOAS.

Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 99943-6111

ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES



GOVERNO DE MINAS AVANÇA NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA AO FIRMAR ACORDO COM MUNICÍPIOS DA RMBH E DO COLAR METROPOLITANO

O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Sede-MG) e da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH), celebrou, nesta terça-feira (10/2), a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com 16 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e do Colar Metropolitano. O vice-governador Mateus Simões acompanhou a assinatura do ACT. Ao todo, está prevista a regularização de 4.870 imóveis, beneficiando cerca de 15 mil pessoas com a garantia da segurança jurídica da posse e o acesso a direitos básicos associados à moradia formal nos municípios de Confins, Fortuna de Minas, Ibité, Inhaúma, Itaguara, Jaboticatubas, Juatuba, Matozinhos, Moeda, Pedro Leopoldo, Prudente de Moraes, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa, Taquaraçu de Minas e Vespasiano. “A regularização fundiária promove a restauração da dignidade de quem ocupa o imóvel, do proprietário não reconhecido. Além disso, ela joga todos esses imóveis dentro do sistema nacional de opção. O que está acontecendo aqui hoje vai mudar muito a vida das pessoas que serão atendidas. Acreditem no que eu estou dizendo, isso faz muita diferença para elas e para a realidade do setor de construção das cidades”, destacou o vice-governador. Acordo de Reparação do Rio Doce A iniciativa integra o escopo do Acordo de



Reparação do Rio Doce, homologado em 6/11/2024, no âmbito das iniciativas compensatórias do Estado de Minas Gerais previstas no Anexo 12 – Iniciativas Estaduais –, e tem como objetivo a implementação de ações de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), além do fomento à Habitação de Interesse Social (HIS). As atividades serão executadas pela ARMBH, por meio de um Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDCO) celebrado com a Sede-MG, com recursos provenientes da Reparação do Rio Doce. Para a execução das atividades relacionadas ao processo de Reurb, foi disponibilizado o montante de R\$ 11,2 milhões, destinado à contratação de serviços de consultoria, assessoria técnica e execução de ações que abrangem medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais, sociais e administrativas de interesse social. “Tenho certeza de que essa é uma das políticas públicas sociais mais importantes do Estado. E é por isso que o vice-governador Mateus Simões e o governador Romeu Zema retiraram uma parte do recurso do Rio Doce, do Acordo de Mariana, para colocar em regularização fundiária. Porque isso reverbera dentro do

município, para o estado todo, isso gera titulação, dignidade. Eu sei que a nossa região metropolitana vai se destacar pela capacidade dos municípios, pelo potencial e por essa união”, frisou a secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Mila Corrêa da Costa. Execução por etapas Em novembro de 2025, foi lançado pela ARMBH edital de credenciamento com o objetivo de selecionar empresas especializadas para a execução da Reurb nos municípios. Entre as empresas credenciadas estão a Ascende Consultoria, Legaliza Brasil, Elitegeo, Viavoz Projetos, M de Oliveira Consultoria, Titular Regularização, Geoline Engenharia, Engemap e o Instituto Nacional. A execução dos serviços pela ARMBH será dividida em cinco etapas: identificação do núcleo urbano informal e instauração da Reurb; elaboração do projeto de regularização fundiária e do cadastro social; elaboração do relatório social; processamento administrativo; e, por fim, o registro da Reurb. As medidas visam promover o direito fundamental à moradia digna, o desenvolvimento urbano ordenado e sustentável, bem como a inclusão social da população de baixa renda nos municípios participantes.

CONEXÃO VIRAL EM CAMPO: SRS VARGINHA RECEBE CAPACITAÇÃO PARA O COMBATE A SÍNDROMES RESPIRATÓRIAS

Contando com um público alvo formado por médicos e enfermeiros, coordenadores de vigilância em saúde e representantes da Atenção Primária à Saúde das unidades regionais e municipais de saúde, esta etapa, realizada na Universidade Federal de Alfenas - Campus Varginha, compreende as 50 cidades que compõem a Macrorregião de Saúde Sul. Iniciadas em Juiz de Fora, no dia 4/2, as capacitações do Conexão Viral chegaram aos municípios de abrangência da Superintendência Regional de Saúde de Varginha (SRS) contando com a parceria da Força Estadual do SUS. O superintendente regional de saúde de Varginha, Luiz Paulo Riceputi, frisou a importância da execução de ações antecipadas. “A SES tem trabalhado de forma antecipada aos períodos sazonais de diversas doenças. Com os vírus respiratórios, a estratégia é semelhante:

organizar fluxos, fortalecer as redes de atenção, definir os papéis das unidades de saúde em cada nível de complexidade, além de capacitar os profissionais que atuam na assistência aos cidadãos, visando qualidade de atendimento, reduzindo internações e óbitos”, afirmou. Em campo Nesta quarta-feira (11/2), a programação se estende com visitas ao Hospital Regional do Sul de Minas (HRSM), além da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município de Varginha. A visita, que contará com a presença da superintendente de Vigilância Epidemiológica da SES-MG, Aline Lara, objetiva conhecer e fortalecer a rede de resposta da região no que se refere

aos atendimentos, insumos e logística geral. “Varginha é a segunda região do Estado a ser visitada com este formato do Programa, que vem para discutir e compartilhar experiências, de modo a levantar fragilidades do território que permitam incrementar políticas públicas, qualificar e organizar as redes de acordo com a particularidade de cada território”, destacou Aline.



ESTADO E INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DETALHAM MEDIDAS DO ACORDO DE BRUMADINHO VOLTADAS ÀS MULHERES E AO SANEAMENTO BÁSICO

O Governo de Minas e as Instituições de Justiça comprometentes do Acordo Judicial de Reparação de Brumadinho, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) se reuniram, nessa terça-feira (10/2), com representantes das prefeituras dos 26 municípios atingidos pelo rompimento das barragens da Vale, em Brumadinho, para apresentar iniciativas voltadas ao saneamento básico e ao enfrentamento à violência contra a mulher. O encontro foi realizado na sede do MPMG, em Belo Horizonte.

O objetivo foi reforçar a atuação municipal na execução de projetos e ampliar a efetividade das entregas. No acordo, parte das ações é executada de forma municipalizada, com apoio técnico e acompanhamento institucional do Governo de Minas e demais comprometentes, para acelerar a transformação de propostas em obras e serviços com impacto direto na vida da população.

“Os projetos que abordamos nesse encontro impactam diretamente a vida das pessoas. O apoio às mulheres em situação de violência e o programa de saneamento na Bacia do Paraopeba. Esse diálogo com as prefeituras reforça nosso compromisso em ouvir cada município e em buscar o melhor resultado para a população”, afirmou a superintendente Central de Reparação Pró-Brumadinho da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG), Geovana Santos.



Apoio às mulheres
A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese-MG) apresentou o modelo municipalizado para implantação dos Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (Creams), que consta no eixo de proteção social do acordo. A iniciativa prevê a implantação de um Cream em cada município aderente, e a implementação ocorre por adesão voluntária das prefeituras.

“Os Creams irão oferecer atendimento psicológico e social, além de orientação jurídica, com capacitação das equipes municipais e apoio técnico contínuo. O objetivo é fortalecer a rede de proteção nos territórios, garantindo que as mulheres encontrem apoio qualificado perto de onde vivem, e que os municípios tenham condições técnicas e estruturais para sustentar essa política pública”, destacou a subsecretária de Política dos Direitos das Mulheres, Joana Coelho.

Saneamento básico
Outra iniciativa do acordo apresentada foi o Programa de Universalização do

Saneamento Básico, coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad-MG), que busca ampliar e qualificar serviços de esgotamento sanitário, abastecimento de água e drenagem urbana nos municípios atingidos. Em Brumadinho, inclui também ações relacionadas ao tratamento de resíduos sólidos.

A Semad-MG define diretrizes e parâmetros, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) realiza análises técnicas e financeiras, autoriza licitações e acompanha a execução financeira, enquanto os municípios estruturam ações, licitam e executam as iniciativas.

O cronograma previa, inicialmente, prazo até 15/7 deste ano para a submissão de projetos pelas prefeituras. Durante a reunião, foi anunciada a prorrogação para 31/10. “A ampliação do prazo é uma medida excepcional e estratégica para qualificar as propostas, representando uma oportunidade final de consolidação”, explicou o subsecretário de Saneamento da Semad-MG, Anderson Diniz.

O balanço informado na reunião registra 110 propostas municipais em andamento e 26 ordens de serviço para 14 municípios. As ações incluem projetos de engenharia, revisão ou elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, medidas de segurança hídrica, como entrega de caminhões-pipa, entre outras.

GOVERNO DO ESTADO LANÇA 3º CAMPEONATO MINEIRO DE FUTEBOL DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

O vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões, participou, nesta quarta-feira (11/2), do lançamento da terceira edição do Campeonato Mineiro de Futebol das Comunidades Terapêuticas, iniciativa que reforça o esporte como ferramenta de inclusão social, cidadania e reabilitação de pessoas em recuperação do uso de álcool e outras drogas. O evento ocorreu na Arena Independência, em Belo Horizonte.

"O papel que as comunidades terapêuticas têm na nossa sociedade é essencial, especialmente no momento em que continuamos assistindo ao crescimento do consumo de drogas no país. Não podemos perder a noção de que a pessoa que está submetida ao vício precisa da ajuda, e as comunidades terapêuticas fazem isso de uma forma excepcional", destacou o vice-governador.

Simões também reforçou a importância de fortalecer as famílias e desarticular o tráfico. “Do outro lado, temos a estrutura criminoso que fornece essas drogas e tem que continuar sendo combatida como um problema de polícia. Ao tratar da questão do vício e tentar recuperar essas pessoas, nós estamos também desestimulamos a continuidade desse mercado que sabemos que mata tanto no Brasil”, analisou.

Investimento no esporte
Promovido pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), por meio da Subsecretaria de Política sobre

Drogas, em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), via Subsecretaria de Esportes, o campeonato será disputado entre março e junho de 2026 e reunirá 465 atletas, integrantes de 31 comunidades terapêuticas de 24 municípios mineiros.

Pela primeira vez, o Campeonato Mineiro de Futebol das Comunidades Terapêuticas será realizado com estrutura ampliada e recursos via Lei de Incentivo ao Esporte. O investimento é de R\$ 270 mil, viabilizado por meio de renúncia fiscal do ICMS, com apoio do grupo Sada.

Durante o lançamento, o vice-governador realizou a entrega simbólica dos kits esportivos, compostos por uniforme completo e bola, e acompanhou uma partida de exibição ao lado de representantes das comunidades terapêuticas, do Governo de

Minas e do setor apoiador da iniciativa.

Sobre o campeonato
O campeonato representa um marco na valorização do esporte como instrumento de reconstrução de trajetórias, fortalecimento de vínculos sociais e promoção da dignidade humana, ampliando as possibilidades de reinserção social de pessoas em processo de recuperação.

Os times serão divididos em oito grupos. A primeira fase ocorre entre 10/3 e 23/4, com jogos em Juiz de Fora, Esmeraldas, Governador Valadares, Santa Luzia, Uberlândia, Bocaiúva, Itaúna e Itajubá.

A segunda fase será disputada em Belo Horizonte, nos dias 12 e 19/5, e a final está prevista para 25/6, no Mineirão, integrando a programação da Semana Nacional e Estadual de Prevenção ao Álcool, Tabaco e outras Drogas.



GOVERNO DE MINAS REALIZA VISTORIA NAS OBRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE GOVERNADOR VALADARES

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, realizou, nesta quarta-feira (11/2), uma vistoria às obras do Hospital Regional de Governador Valadares. A nova unidade vai ampliar o acesso à assistência especializada para 51 municípios da macrorregião de Saúde Leste, beneficiando mais de 700 mil pessoas.

O Governo de Minas está investindo cerca de R\$ 158 milhões no Hospital Regional de Governador Valadares – valor destinado às obras e à aquisição de equipamentos.

O chefe do Executivo mineiro reafirmou o compromisso de sua gestão de concluir todas as obras iniciadas.

“No meu governo, na minha carreira toda, tanto no setor privado quanto no público, nunca uma obra ficou inacabada, e não será diferente aqui com o Hospital Regional de Governador Valadares”, enfatizou o governador.

"Ontem (terça-feira) estive na entrega do Hospital Regional de Divinópolis, e, em dezembro, fizemos a entrega do Hospital Regional de Teófilo Otoni. Todas essas obras têm um detalhe muito importante: o recurso está numa conta específica, e ele só pode ser utilizado na execução da obra. Ou seja, qualquer que seja a temperatura política, econômica ou financeira, essas obras serão entregues", reforçou Romeu Zema.

A construção da unidade foi paralisada em 2016 e retomada em 2024. Desde então, o estado mobilizou esforços para garantir o avanço do empreendimento. Atualmente, a obra está com cerca de 34% de execução. A previsão é que a conclusão ocorra até o fim deste ano.



Também participaram da vistoria os secretários de Estado de Saúde, Fábio Baccheretti, de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, Pedro Bruno, o prefeito de Governador Valadares, Coronel Sandro, e deputados e autoridades da região.

Estrutura

Com infraestrutura moderna, o Hospital Regional de Governador Valadares contará com 226 leitos, distribuídos entre internação pediátrica, clínica geral, unidades para atendimento de AVC, terapia intensiva e cuidados intermediários.

A unidade terá ainda serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, como tomografia, ressonância magnética, hemodinâmica, endoscopia e raio-x. Estão previstas nove salas cirúrgicas, além de área de emergência e consultórios.

A população também terá acesso a cirurgias de maior complexidade, incluindo procedimentos de cirurgia geral, cabeça e pescoço, bucomaxilofacial, plástica, cardiovascular, ortopedia e trauma.

Na linha de cuidado em neurologia, o hospital será referência para atendimento de AVC agudo e crônico, além de neurocirurgias.

O objetivo é reduzir deslocamentos, dar mais agilidade ao atendimento e fortalecer a rede hospitalar da macrorregião,

aproximando os serviços de saúde da população.

Recursos

Os recursos são provenientes de acordo judicial firmado em 2020, no âmbito do processo de reparação do desastre de Mariana, entre o Governo de Minas e a Fundação Renova.

O objetivo era viabilizar a execução, pelo Poder Executivo estadual, de

ações estratégicas voltadas à reparação e à compensação dos danos coletivos, bem como ao fortalecimento de políticas públicas estruturantes na Bacia do Rio Doce.

A medida visava dar efetividade e celeridade ao processo de recuperação da Bacia do Rio Doce, diante das limitações observadas no modelo de execução até então conduzido pela Fundação Renova. Nesse sentido, o Estado passou a assumir a condução de iniciativas estruturantes.

Hospitais regionais

A retomada do Hospital Regional de Governador Valadares faz parte do conjunto de investimentos do Governo de Minas para concluir unidades estratégicas em diferentes regiões do estado.

Com investimentos de quase R\$ 1 bilhão, o Governo de Minas avança na conclusão de cinco hospitais regionais estratégicos: Teófilo Otoni e Divinópolis, já entregues; além de Governador Valadares, Sete Lagoas e Conselheiro Lafaiete – todos com previsão de conclusão até o fim de 2026.

Juntas, essas estruturas vão disponibilizar mais de 1,1 mil leitos e beneficiar diretamente cerca de 4,2 milhões de mineiros, fortalecendo a regionalização da saúde e ampliando o acesso da população aos serviços hospitalares no estado.

KITS IRRIGAÇÃO DOADOS PELO IDENE VÃO IMPULSIONAR A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS EM VERDELÂNDIA

A doação de kits de irrigação passou a integrar, recentemente, o conjunto de implementos agrícolas repassados aos municípios pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene). A irrigação é fundamental para suprir as necessidades hídricas das plantas, especialmente em regiões sujeitas a longos períodos de estiagem. Quando realizada de forma adequada, contribui para o crescimento das lavouras com mais qualidade e produtividade.

O kit é composto por uma caixa com capacidade para mil litros, destinada ao armazenamento da água, que posteriormente é distribuída à plantação por meio de sistema de gotejamento.

Verdelândia, no Norte de Minas, recebeu no final do ano passado 159 kits para irrigação, que terão a função primordial de fomentar a produção de hortaliças no município. De acordo com o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Celsino Alves Cordeiro, a intenção da prefeitura é incentivar os sítiantes a investirem no cultivo destes alimentos, tendo em vista que a produção local não é muito grande.

“Com essa produção própria, o produtor familiar passa a contar com alimentos para sua subsistência e também para comercialização nas feiras semanais realizadas às quartas-feiras na cidade. Dessa forma, há incremento na renda, além da garantia de abastecimento desses produtos para a população”, afirma Cordeiro. Segundo ele, a produção de leite é atualmente a principal atividade agropecuária local.

"Pé no acelerador»

Cordeiro afirma que os kits de irrigação representam o ponto de partida para uma nova realidade, pois desempenharão papel fundamental na irrigação das lavouras em uma região marcada pela escassez hídrica. “A falta de chuvas dificulta a produção. Por isso os kits representam uma nova era para a produção local”, argumenta.

Os equipamentos permitem irrigar até 500 metros de plantação. Segundo Cordeiro, técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (E m a t e r – M G) s e r ã o responsáveis pela capacitação dos agricultores para o uso

adequado dos kits de irrigação.

Para Cordeiro, o aumento da produção de hortaliças contribuirá para que o município amplie sua participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). “Como nossa produção atual é pequena, não conseguimos vender a totalidade que é requerida pelos dois programas. Ou seja, temos espaço para vender mais para os dois programas. Estamos com o pé no acelerador”, afirma.

O diretor-geral do Idene, Henrique Oliveira Carvalho, destaca a distribuição otimizada da água que é feita por meio de gotejamento com os kits. “Além de garantir uma boa produção, essa tecnologia é importante para evitar o desperdício de água, especialmente nas regiões que convivem com longos períodos sem chuvas”, declara.



TJES DEVERÁ TER MAIS AUTONOMIA SOBRE JUIZADOS ESPECIAIS

Modernizar a estrutura dos órgãos recursais do Sistema de Juizados Especiais do Estado do Espírito Santo. Esse é o objetivo do Projeto de Lei Complementar (PLC) 2/026, encaminhado pelo Tribunal de Justiça (TJES) para a Assembleia Legislativa (Ales). A matéria será lida na sessão ordinária desta terça-feira (10), quando também será votado o pedido para que ela tramite em urgência.

A proposta insere na Lei Complementar (LC) 234/2022 o artigo 68-A para permitir ao Tribunal Pleno dispor, por resolução, acerca da organização e do funcionamento das Turmas Recursais, do Plenário do Colegiado Recursal e da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei.

Entre os assuntos a serem abordados estão a composição desses grupos; os requisitos para acesso ao Colegiado Recursal e a forma de seleção dos magistrados interessados; o mandato dos membros; a competência, os fluxos de trabalho e a estrutura funcional dos gabinetes e das secretarias desses órgãos; e os mecanismos de



harmonização e controle da jurisprudência do sistema de Juizados Especiais em face dos precedentes obrigatórios do TJES, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na exposição de motivos enviada à Casa, a desembargadora Janete Vargas Simões, presidente do TJES, afirma que essa flexibilização da organização interna está em consonância com os precedentes do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que reforçam a autonomia dos Tribunais de Justiça para sua auto-organização.

“As alterações sugeridas, ao reforçarem o papel do Plenário do Tribunal de Justiça, aproximam o sistema dos Juizados da totalidade da Corte e

centralizam as deliberações relevantes e sensíveis no órgão que, constitucionalmente, já possui a competência para decidir sobre a organização judiciária e temas afetos, como as promoções e remoções de magistrados”, explica.

Janete salienta que as mudanças vão permitir a criação de fluxos de trabalho e de mecanismos de controle jurisprudencial mais céleres para promover as atualizações necessárias com rapidez. “O projeto, portanto, remove obstáculos burocráticos e dispositivos que se tornaram obsoletos frente às novas tecnologias e métodos de gestão, promovendo um Judiciário estadual mais ágil, autônomo e focado no atendimento eficiente ao cidadão, usuário do microsistema dos Juizados Especiais”, conclui.

Por fim, o PLC ainda revoga os parágrafos 2º, 3º, 5º e 6º do Artigo 68 da norma.

Se o PLC for aprovado e sancionado, as modificações na Lei Complementar entram em vigor na data de sua publicação em diário oficial.

COMISSÃO SE MOBILIZA CONTRA ABUSO SEXUAL INFANTIL NO AMBIENTE ESPORTIVO

A prevenção e o enfrentamento do abuso sexual infantil no ambiente esportivo foi o tema abordado pela Comissão de Proteção à Criança e ao Adolescente. A reunião desta terça-feira (10) teve a participação, entre outros, do técnico de futebol Raí de Sousa, que gravou um vídeo nas redes sociais para alertar pais e responsáveis acerca do tema.

Raí é treinador da escolinha de futebol do Tigres, de Aracruz, para crianças e jovens de 5 a 16 anos. Ele foi convidado pelo presidente do colegiado, deputado Alcântaro Filho (Republicanos). “Muitas das vezes os pais não conseguem detectar”, afirmou Raí ao se referir à atuação de pedófilos. “Porque eles são muito silenciosos”, completou.

O técnico chamou atenção para os riscos que o celular pode representar para esse público, sem o acompanhamento dos pais. “Muitos dos meninos nossos, os times inclusive me relataram, eles recebem mensagem pelo Instagram. Pessoas se passando por empresário, presidente de clube, pedindo vídeo, pedindo foto. Já alertei os pais sobre isso”, detalhou.

Com 16 anos de experiência, a psicoterapeuta Andréa Renata Floriano atua no setor administrativo do Tigres. Ao longo do tempo, disse já ter identificado meninos que sofreram violência sexual dentro da própria família. “Dentro desse

processo eu sempre faço questão de conversar com a criança e pedir para que ela seja mais atenta. Não receba presente de pessoas estranhas, mesmo que seja conhecida”, exemplificou.

Esse trabalho de prevenção precisa do apoio dos familiares, conforme frisou. Segundo ela, muitos pais acabam não notando mudanças no comportamento das crianças, um indicativo que não pode passar despercebido. “Fiquem atentos às mudanças de comportamento”, reforçou. “A criança às vezes não consegue chegar para o pai e para a mãe e falar alguma coisa porque acha que está incomodando (...) ou então se sente envergonhada”.

De acordo com Alcântaro Filho, o tema ganha relevância, pois a cada 5 a 8 minutos uma criança é vítima de abuso sexual no Brasil.

“O abusador está em todos os lugares, e na grande maioria das vezes, muito próximo da criança, onde pode exercer sua influência através de uma relação de confiança”, detalhou o parlamentar.

Como saída para mitigar um cenário de vulnerabilidade infantil no esporte, o deputado adiantou que a comissão trabalhará junto com segmentos da área para apresentar um projeto de lei visando proteger esses jovens.

A medida deve incluir, por exemplo, o cadastro prévio e a emissão de certidões criminais negativas de profissionais que lidam com esse público nas instituições esportivas. A proposta deve prever ainda uma reciclagem anual desses professores para que possam identificar traços comportamentais indicativos de abusos. O projeto deve ser apresentado em até 60 dias.

A reunião também contou com a participação do conselheiro tutelar Jean Cleres Texeira Santana.



DIA DO FEIJÃO DESTACA ALIMENTO SÍMBOLO DA MESA BRASILEIRA

Símbolo da alimentação brasileira, o feijão segue como um dos alimentos mais presentes no dia a dia da população. Além do forte valor cultural, o grão se destaca pelo elevado valor nutricional, sendo uma importante fonte de proteínas vegetais, fibras e minerais, contribuindo para refeições completas, acessíveis e equilibradas.

A versatilidade é uma de suas principais características. O feijão vai muito além do tradicional arroz com feijão e aparece em diferentes formas de preparo na culinária brasileira, como caldos, feijoada, tutu, feijão-tropeiro, saladas frias, pastas, bolinhos e até em receitas contemporâneas, como hambúrgueres vegetais. A diversidade de tipos — como carioca, preto, fradinho, entre outros — amplia as possibilidades gastronômicas e reforça sua adaptação às tradições regionais do País.

A relevância do feijão na alimentação do brasileiro é confirmada pelos dados de



consumo. Segundo estimativas da Embrapa Arroz e Feijão, o consumo médio per capita no Brasil é de cerca de 12,2 quilos de feijão-comum por pessoa ao ano.

No Espírito Santo, embora a produção seja de menor escala quando comparada a outras culturas, o feijão tem papel importante na diversificação agrícola e no abastecimento local. Em 2025, o Estado produziu 9.734 toneladas, em uma área de 8.876 hectares, principalmente em sistemas ligados à agricultura familiar.

Esse cenário insere o feijão como uma cadeia estratégica dentro das políticas públicas estaduais. De acordo com o subsecretário de Estado de Desenvolvimento Rural, Michel Tesch, valorizar a produção de feijão é fortalecer o desenvolvimento rural e a segurança alimentar.

“O feijão é um alimento essencial na mesa dos brasileiros e também uma cultura importante para a agricultura familiar capixaba,

contribuindo para a geração de renda e o abastecimento de alimentos no Estado”, destacou o subsecretário.

Celebrar o Dia do Feijão é reconhecer a importância desse alimento para a identidade alimentar do País e reforçar estratégias que unem tradição, segurança alimentar e políticas públicas voltadas para o futuro do campo capixaba.

Assessoria de Comunicação da Seag
Leonardo Sales / Paula Pignaton

TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUER AMPLIAR USO DE RECURSOS DE FUNDO ESPECIAL

A Assembleia Legislativa (Ales) deve analisar, em regime de urgência, proposta do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) que visa ampliar as finalidades do Fundo Especial do Poder Judiciário (FUNEPJ), criado em 2001 pela Lei Complementar 219. As alterações, previstas no Projeto de Lei Complementar (PLC) 1/2026, incluem novos mecanismos de reserva financeira, novas formas de aplicação dos recursos e nova estrutura para governança administrativa. A matéria será lida na sessão ordinária desta terça-feira (10), quando também será votado o requerimento de urgência.

Em mensagem aos deputados, a desembargadora e presidente do TJES, Janete Vargas Simões, elenca as formas de aplicação que o Tribunal deseja incluir no uso do fundo: capacitação de magistrados e servidores, incentivo à docência interna, aquisição de equipamentos, manutenção e modernização da infraestrutura física dos fóruns, pagamento de ajudas de custo, e retribuições a estagiários, residentes jurídicos, conciliadores, peritos e juízes leigos.

“São medidas que dialogam diretamente com as exigências contemporâneas de um Judiciário mais próximo da sociedade, mais estruturado e mais preparado para enfrentar os desafios da judicialização crescente”, afirma a desembargadora no texto.

Atualmente os recursos do fundo são utilizados para elaboração e execução de programas e projeto; construção, ampliação e reforma de prédios próprios; conservação de imóveis, objetos de comodato; despesas de capital ou de custeio, exceto folha de pagamento de

pessoal e encargos; e ainda ampliação e modernização dos serviços informatizados.

Reserva técnica

O PLC 1/2026 traz um novo artigo que institui uma reserva técnica do fundo equivalente a 30% do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior. Uma vez preservado o valor, o excedente poderá ser utilizado para pagamento de auxílios e verbas indenizatórias.

Conselho

Outra novidade trata da gestão do FUNEPJ, que passará a ter um Conselho Administrativo. Na lei vigente, o fundo é gerenciado pelo secretário-geral com a possibilidade de delegação à Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária.

O novo conselho será composto pelo presidente e pelo vice do TJES, por um desembargador indicado pela presidência e pelo secretário-geral do Tribunal.

Dentre as competências do colegiado estão aprovar planos e projetos de investimento; deliberar sobre a destinação dos recursos; acompanhar a execução

f i n a n c e i r a e orçamentária; além de propor normas complementares de gestão e prestação de contas. O texto ainda permite o convite a técnicos (áreas financeira, contábil, administrativa e orçamentária) para assessoramento.

Novas receitas

A lei atual já elenca 16 fontes de receitas para o

fundo especial do Judiciário, entre as quais estão dotação orçamentária, taxas judiciárias, auxílios, contribuições, doações, alienações de equipamentos, alugueis, inscrições (concursos, cursos, simpósios, congressos), venda ou assinatura de publicações, entre outras.

A proposta em tramitação na Ales quer incluir cinco novas fontes: remuneração paga por instituição financeira para administração de depósitos judiciais; multas pagas por notários e oficiais de registro em situação de infração (Lei Federal 8.935/1994); multa por ato atentatório à dignidade da Justiça; remuneração paga por instituição financeira pela administração da folha de pagamento; e quaisquer outras receitas extraorçamentárias que tenham relação com as já especificadas.

Impacto

Junto ao texto do PLC, o TJES encaminhou mensagem afirmando que as alterações no FUNEPJ não ocasionarão aumento de despesa em 2026, 2027 e 2028.



SETADES E PRF REALIZAM AÇÕES DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS ESTRADAS

O Governo do Estado do Espírito Santo e a Polícia Rodoviária Federal realizam, nesta semana, uma agenda integrada de ações educativas e preventivas voltadas à proteção de crianças e adolescentes, reforçando a mobilização contra o trabalho infantil e outras violações de direitos em um dos períodos de maior circulação de pessoas no estado: o verão e o pré-Carnaval.

A estratégia, elaborada pela Setades, combina orientação direta ao público, articulação interinstitucional e fortalecimento das redes locais de proteção, com foco especial em áreas de grande fluxo e territórios litorâneos, onde historicamente aumentam as situações de vulnerabilidade relacionadas ao comércio informal e à exposição de crianças e adolescentes a riscos.

Dando sequência à programação de ações voadas para o tema, a Polícia Rodoviária Federal e a SETADES, realizarão no dia 11 de fevereiro de 2026 (quarta-feira) uma ação educativa e de conscientização no posto da PRF em Viana.

A atividade tem foco preventivo e orientativo, com abordagem ao público para:

ampliar a compreensão sobre o que caracteriza trabalho infantil e por que ele é uma grave violação de direitos;



ajudar a população a identificar sinais de risco e situações de exploração; orientar sobre como acionar os canais corretos e a rede de proteção.

Mais do que uma ação pontual, o objetivo é fortalecer uma cultura de corresponsabilidade: proteger a infância não é tarefa de um único órgão — é compromisso de toda a sociedade.

Nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2026 (quinta e sexta-feira), a SETADES e PRF estarão na estrada em articulação com os municípios do litoral capixaba, no âmbito das ações do Praia Livre.

O ponto central do Praia Livre é integrar e potencializar o que já está acontecendo nos territórios. As ações foram desenhadas para somar esforços às programações municipais já em andamento, garantindo mais robustez, maior alcance e reforço institucional às iniciativas locais — sem substituir o planejamento de cada município.

Ação principal no dia 13: município

define turno de execução

A mobilização maior do Praia Livre acontece no dia 13 de fevereiro de 2026, e a execução será definida conforme a realidade local: cada município decide se fará a ação pela manhã, à tarde ou nos dois períodos.

Essa flexibilidade respeita a autonomia e a logística municipal, ao mesmo tempo em que fortalece a coordenação estadual para ampliar a presença de ações

preventivas em um dia estratégico do pré-Carnaval.

Por que intensificar no pré-Carnaval O período de verão e Carnaval tende a aumentar:

circulação turística e permanência em praias e espaços públicos; comércio informal e situações de vulnerabilidade;

risco de naturalização do trabalho infantil, especialmente em pontos de grande movimento.

Por isso, a agenda reforça um recado objetivo: festa e proteção podem (e devem) caminhar juntas — garantindo que crianças e adolescentes estejam seguros, com seus direitos preservados e com acesso à rede de proteção sempre que necessário.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Setades

SEAG ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA REGULAMENTAR QUEIJO MINAS E PUÍNA NO ESPÍRITO SANTO

A Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag) abriu consulta pública até o dia 06 de março, de proposta de Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade do Queijo Minas e da Puína produzidos no Espírito Santo. Estes dois produtos, tipicamente capixabas, ainda não possuem legislação própria, o que dificulta a regularização e o reconhecimento oficial da produção artesanal.

As propostas foram construídas por um grupo de trabalho formado por técnicos da Seag, do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). O conteúdo tem como base os resultados de um projeto de pesquisa coordenado pela Seag, desenvolvido com produtores de queijo entre 2021 e

2023.

Para o subsecretário de Estado de Desenvolvimento Rural, Michel Tesch, a iniciativa fortalece a cadeia produtiva e amplia oportunidades comerciais.

“Esse reconhecimento vai permitir que os produtores capixabas solicitem o Selo Arte, que possibilita a comercialização nacional de produtos alimentícios elaborados de forma artesanal. Além de valorizar a produção tradicional do Estado, a regulamentação também permite agregação de valor e acesso a novos mercados”, destacou.

Segundo o coordenador da pesquisa e do grupo de trabalho, Jackson Fernandes de Freitas, a regulamentação traz benefícios diretos para produtores e consumidores.

“A criação dos regulamentos técnicos de identidade e qualidade vai facilitar a

regularização dos produtos, dar mais segurança aos produtores e aos serviços de inspeção e promover a padronização das nomenclaturas, o que contribui para que o consumidor reconheça esses queijos no mercado”, afirmou.

A consulta pública está aberta à participação de produtores, técnicos e da sociedade em geral. As contribuições podem ser enviadas por meio de formulário eletrônico.



PREÇO DO GNV ALCANÇA MENOR PATAMAR NO ESPÍRITO SANTO DESDE MAIO DE 2021

O preço do Gás Natural Veicular (GNV) no Espírito Santo atingiu, em fevereiro de 2026, o menor patamar desde maio de 2021, após ações coordenadas pelo programa ES Mais + Gás. Em diversos postos do Estado, o valor na bomba chegou a R\$ 3,99, rompendo a barreira dos R\$ 4 e consolidando o GNV como o combustível mais barato disponível atualmente.

A redução representa uma queda acumulada de aproximadamente 20% em relação a novembro de 2024, além de gerar impacto psicológico relevante no consumidor, já que o GNV passa a ser o único combustível abaixo de R\$ 4, enquanto o etanol é comercializado em torno de R\$ 4,40 e a gasolina a R\$ 6,15. Para o secretário de Estado de Desenvolvimento, Rogério Salume, o resultado é fruto de uma política estadual consistente de estímulo ao setor. “O Governo do Estado tem se empenhado no fortalecimento do setor, inclusive, reduzindo o ICMS sobre o GNV em quase 30%. Temos reservas expressivas de Gás



Natural, combustível que representa uma alternativa pronta para acelerar a descarbonização”, afirmou. Além do benefício econômico, o avanço do GNV também está alinhado às metas ambientais e de transição energética. Segundo o subsecretário de Desenvolvimento Regional, Celso Guerra, o gás natural desempenha papel estratégico na substituição de combustíveis mais poluentes. “O Gás Natural se apresenta

como alternativa importante na substituição do carvão, do óleo industrial e do óleo diesel. Quando comparado a este último, o GNV emite cerca de 20% menos CO₂ para produzir a mesma quantidade térmica e deve crescer principalmente no uso em veículos pesados, como caminhões e ônibus”, destacou.

Com o novo patamar de preços, o Espírito Santo passa a figurar entre os estados com GNV mais barato da região Sudeste. “As iniciativas em curso, somadas às medidas relacionadas ao IPVA, criam um

ambiente favorável para destravar o uso do GNV e do biometano como combustíveis estratégicos para o segmento de transporte, combinando competitividade econômica, segurança energética e redução de emissões”, disse Salume.

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação da Sedes



PREFEITURA DE
CONCEIÇÃO DO CASTELO

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE CONCEIÇÃO DO CASTELO EM 12/02/2026**

EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0001/2026

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO Cidades/TCE-ES: [2026.021E0700001.01.0003](#)

O Município de Conceição do Castelo, ES, **TORNA PÚBLICO** a quem possa interessar, a publicação do Edital da Concorrência Eletrônica Nº 00001/2026, que objetiva a CONSTRUÇÃO DA 3ª ETAPA DO CENTRO CULTURAL, SOCIAL E ESPORTIVO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES.

Data Final da Entrega das Propostas: 26/03/2026, às 08h15min.

Abertura das Propostas: 26/03/2026, às 08h16min.

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, mediante o regime de execução EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Informações por meio do E-mail: pmcc.licita@gmail.com ou Tel. (28)3547-1427, Edital na íntegra: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br/pagina/ler/2282/compras-e-licitacao>, ou por meio do site: portaldecompraspublicas.com.br

Conceição do Castelo, ES, 11 de fevereiro de 2026.

VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 00003/2026

ITEM DESTINADO À AMPLA CONCORRÊNCIA E COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES/TCE-ES: 2026.021E0700001.01.0004

O Município de Conceição do Castelo, ES, **TORNA PÚBLICO**, a quem possa interessar, a publicação do Edital **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 00003/2026**, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍN. 99% V/V, FÓRMULA QUÍMICA: N₂.

Data Final da Entrega das Propostas: 05/03/2026, às 08h15min.

Abertura das Propostas: 05/03/2026, de 08h16min.

Critério de julgamento: **Menor Preço Por Item.**

Informações por meio do E-mail: pmcc.licita@gmail.com ou Tel. (28)3547-1427, Edital na íntegra: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br/pagina/ler/2282/compras-e-licitacao>, ou por meio do site: portaldecompraspublicas.com.br

Conceição do Castelo, ES, 11 de fevereiro de 2026.

VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito Municipal



PIÚMA
PREFEITURA

PUBLICAÇÃO OFICIAL 12/02/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026
Processo nº 9270/2025
ID Cidades: 2026.056E0700001.01.0006

O MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES, torna público para conhecimento dos interessados que, realizará licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, através da plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICA, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO PARA AS OBRAS DE PIUMA

Abertura das Propostas e Início da Sessão: 09h00 do dia 27/02/2026, o Edital e Anexos encontra-se disponíveis nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://www.piuma.es.gov.br/portal/transparencia/licitacao>.

Mais informações através do tel. (28) 3520-6500 Ramal 1051 ou e-mail: pregao@piuma.es.gov.br

Piúma, 11 de fevereiro de 2026.

TAMIRIS SCHUNCK SANTANA
Agente de Contratação - Pregoeira Substituta



**Prefeitura Municipal de
Santa Maria de Jetibá**

**Publicações oficiais da Prefeitura Municipal
de Santa Maria de Jetibá em 12/02/2026**

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

OBJETO: Aquisição de máquinas pesadas.

ABERTURA DE LICITAÇÃO: 27 de fevereiro de 2026, a partir das 08h;

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 8h do dia 13 de fevereiro de 2026 até às 7:59h do dia 27 de fevereiro de 2026.

LOCAL DE ABERTURA: Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital completo poderá ser retirado pelos interessados no site da Prefeitura Municipal www.pmsmj.es.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

ID Cidades: 2026.062E0700001.01.0014

RONAN ZOZOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal



DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante

CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br

CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35

Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL
Tel.: (27) 99991-9614